

AS INFLUÊNCIAS DO ANTIPETISMO NO JOGO POLÍTICO ATUAL: O ATRAVESSAMENTO DO FENÔMENO NAS ELEIÇÕES DE 2018

THE INFLUENCES OF ANTIPETISM IN THE CURRENT POLITICAL GAME:
THE CROSSING OF THE PHENOMENON IN THE 2018 ELECTIONS

*Yasmin Rocha Turini e Nicholas dos Santos Faria Corrêa**

Cite este artigo: TURINI, Yasmin; CORREA, Nicholas. As influências do antipetismo no jogo político atual: o atravessamento do fenômeno nas eleições de 2018. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v.18, n. 1, jan./dez. 2020. Anual. Disponível em: revistas.ufrj.br/index.php/habitus.

Resumo: O presente artigo busca compreender o fenômeno atualmente conhecido como antipetismo: investigando seu histórico, causas, efeitos, limites, bem como seu panorama de consolidação e seus desdobramentos. Criando uma linha cronológica desde a instauração do Partido dos Trabalhadores, procura-se englobar as narrativas produzidas por diversos atores sociais sobre suas práticas de governo, influências e atravessamentos até as últimas eleições, em 2018. Considerando o contexto social-político brasileiro que se assentava, em grande parte, na apatia, destrinchamos a crise processual de representação política como elemento estruturante também da ascensão Bolsonarista, para além do tema aqui discutido, ponderando até onde essas temáticas podem se interceptar, resultando, no contexto político atual, de maneira sintomática.

Palavras-chave: Antipetismo; Eleições 2018; Crise de representação política brasileira; Crise Petista.

Abstract: This article seeks to understand the phenomenon currently known as antipetism: investigating its history, causes, effects, limits, as well as its consolidation panorama and its consequences. Creating a chronological line since the establishment of the Partido dos Trabalhadores, it attempts to encompass the narratives produced by various social actors about their practices of government, influences and crossings until the last elections in 2018. Considering the Brazilian social-political context that for a long time was based on apathy, we explore the procedural crisis of political representation as a structuring element along the Bolsonarist ascent, pondering how far these themes can intersect, resulting, in the current political context, symptomatically.

Keywords: Antipetism; Elections 2018; Crisis of Brazilian political representation.

A história do Partido dos Trabalhadores é fundamentalmente marcada por políticas de reestruturação e inclusão social através de estratégias de redistribuição de renda e redução da miséria — resultando na possibilidade de ascensão das classes mais pobres, elevando os índices de empregabilidade e escolaridade, reduzindo as taxas de fome e desemprego, promovendo também acesso a crédito e bens de consumo como nunca havia sido visto no Brasil anteriormente. Por esse motivo, depois do primeiro mandato do ex-presidente Lula iniciado no ano de 2003, nosso país passou a se defrontar com a realidade do voto de classe, gerando, a partir de 2006, um realinhamento eleitoral que demarca uma estrutura social de votos à medida que se reconhece um corpo fiel de eleitores de Lula e, posteriormente, seguindo a mesma lógica, Dilma Rousseff — sucessora desse legado a partir do ano de 2010 — entre as camadas mais baixas da população (de 0 à 2 salários mínimos). Tal processo, que configurou o que Singer cunhou Lulismo (2009), também corresponde à mediação entre a diminuição de desigualdades e a manutenção da ordem social pré-estabelecida. Entretanto, a trajetória lulista foi fortemente marcada pela reatividade das elites ao sentirem seus privilégios ameaçados diante de seus projetos. Embora todo governo situacional se depare com uma forte oposição, tanto na corrida eleitoral como posteriormente, destacamos aqui o primeiro elemento central para compreender o antipetismo: o estrondoso incômodo gerado na classe alta.

1. A Crise de Representatividade Política a partir de 2013

Desde o início de 2013 manifestações contra o aumento das tarifas de ônibus, organizadas por grupos de esquerda (partidários e não partidários) através das mídias sociais, já reuniam centenas de pessoas em capitais como Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. No início de Junho essas manifestações começaram a ganhar regularidade e cada vez mais pessoas se juntaram nas ruas. Elas ganharam visibilidade através de cenas de depredação de patrimônio e violência policial — precisamente nesta ordem — transmitidas nos noticiários das mídias tradicionais, que classificavam os manifestantes como “vândalos”, numa tentativa de deslegitimá-los. Um caso muito importante para se entender as práticas repressivas do Estado ocorreu na manifestação de 20 de Junho, no Rio de Janeiro, em que Rafael Braga Vieira foi preso por, supostamente, portar um objeto explosivo. Rafael carregava dois frascos, um de Pinho Sol e outro de Água Sanitária. Esse caso ganhou visibilidade pelo não-envolvimento do catador nos protestos, configurando um caso de racismo institucional.

A repressão, de acordo com estudiosos de movimentos sociais, dizima ou inflama atos, atraindo solidariedade midiática e de sujeitos não anteriormente mobilizados. Por esse motivo, em sua segunda fase, se fez notável a virada de opinião pública a respeito. O movimento contou com a adesão de milhões de pessoas, revelando o interesse de participação de outros grupos sociais (rechaçando grupos anarquistas e ativistas), tornando-o diverso e heterogêneo, ideologicamente falando. Por conta disso, se fez evidente uma mudança de postura trazendo à tona um viés mais pacífico, não apenas nas ruas mas também nas abordagens jornalísticas. (ALONSO, 2017, p. 52). O desejo de melhorias dos serviços públicos multiplicaram-se em milhares de cartazes pelas ruas do Brasil. Em resposta, Dilma anunciou iniciativas no campo da saúde, redução de tributos dos combustíveis e propôs reformas políticas.

O ano de 2013 representa a retomada de manifestações de rua com grandiosidade equiparada ao Impeachment de Fernando Collor, em 1992 — sendo um marco para a crise de representatividade, baseada na descrença nos partidos políticos e na política como um todo. Se nos apropriarmos das conceitualizações de Castells, podemos refletir sobre esta profunda crise que decompõe o sistema político através da ruptura entre governantes e governados, colapsando gradualmente o modelo clássico de representação (2018, p.10). Como indicam os dados da pesquisa do Ibope sobre a confiança em instituições entre os brasileiros, os tópicos correspondentes ao sistema eleitoral e partidos políticos atingiram seu menor índice dentre a margem temporal até 2013: indicando 41 e 25 pontos, respectivamente, numa escala de 0 a 100. ¹

Após a reeleição de Dilma em 2014, Aécio Neves, derrotado, decide entrar com ações na Justiça e convocar manifestações contra o governo vigente. Num cenário caracterizado pela Operação Lava Jato (sob encargo e incumbência do Juiz Sérgio Moro), pela pulverização partidária do Congresso e pela parcialidade combinada ao sensacionalismo da imprensa, a ideia de que toda a política está corrompida pelos esquemas de corrupção começa a tomar aderência no imaginário social. No entanto, também parecia viável responsabilizar o PT por todos os problemas do país, bem como nomeá-lo, enfim, como seu grande problema. Neste contexto tensionado por uma crise econômica — intensificada pela elevação das taxas de desemprego, por exemplo —, camadas específicas da sociedade, predominantemente as médias e altas, tomaram as ruas em 2015 clamando “Fora Dilma”.

A oposição ao Partido dos Trabalhadores sempre existiu, no entanto, quando Lula foi eleito, o sentimento antipetista que se delineava apresentava um caráter letrado, intelectualizado e elitista. Impulsionado por jornalistas, colunistas e dispondo de uma postura “sofisticada” de rejeição, apresentava grande indignação com a baixa escolaridade de Lula e suas críticas estavam sempre vinculadas a cobranças éticas, devido ao escândalo do Mensalão. Quando a correlação entre a crise econômica enquanto um sintoma do enraizamento de práticas de corrupção passou a integrar o imaginário social, o antipetismo foi, aos poucos, se aproximando daquilo que conhecemos hoje. Ao transcender a elite intelectual, o movimento eclode de maneira massificada. Ainda que com o apoio do empresariado, sua nova face passa a agregar os demais estratos sociais, reformulando e ressignificando suas premissas, percepções e aplicações: apoderando-se de uma postura mais bruta e grosseira, fomentando discursos de ódio e dispensando a ética como pilar estruturante, a qual gozava anteriormente.

Emparedada pela arbitrariedade e pelos abusos do Congresso — travando votações de projetos, por exemplo —, juntamente com as dinâmicas da justiça penal numa luta significativamente moralista (SOLANO, 2018), nossa história foi marcada por uma grande ação antidemocrática ao impedir a continuidade do mandato de Dilma Rousseff, reeleita democraticamente com 54 milhões de votos em outubro de 2014. “Em 2016 tivemos uma coalizão entre Executivo, Legislativo, imprensa,

¹ Disponível em:

[http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB%2019_o844_ICES_INDICE_CONFIANCA_SOCIAL_2019%20-%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20\(final\).pdf](http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB%2019_o844_ICES_INDICE_CONFIANCA_SOCIAL_2019%20-%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20(final).pdf) Acesso em 15/09/2019.

empresariado e Supremo. Foi esta coalizão que, dentro da lei, sem violência alguma, destituiu Dilma.” (SANTOS, 2018)

Sobre a cobertura jornalística do processo de Impeachment de Dilma Rousseff, em um artigo que analisa as manchetes dos maiores editoriais brasileiros, a dramatização e espetacularização dos conflitos políticos é reforçada e produzida através de uma narrativa novelesca dos acontecimentos:

A sucinta análise das primeiras páginas dos jornais, apesar da minuciosa descrição dos enquadramentos, permite mostrar uma cobertura que desqualifica a política, minimiza questões de interesse público vinculadas ao impeachment, naturaliza o conflito e superficializa as informações. (BECKER, CESAR, GALLAS e WEBER, 2016, p.17)

Após o Impeachment, o vice-presidente Michel Temer assume a presidência com o discurso de “enxugar gastos” — congelando os gastos públicos durante 20 anos com a PEC 55 — e de “retomar o crescimento da economia”, através de reformas como a Reforma Trabalhista e a liberação da Terceirização, já aprovadas, e a Reforma da Previdência, ainda em processo. Favoreceu o movimento antipetista à medida que contribuiu com a execução da cassação do mandato de Dilma, aliando-se à oposição. Agravou ainda mais a crise econômica e representativa do país, apresentando os maiores índices de rejeição da história brasileira. Paralelo a isso, gera-se um grande debate sobre a responsabilidade do Partido dos Trabalhadores sobre tais ocorridos, uma vez que a escolha de seu vice-presidente se baseia em um acordo de coalizão, frequente no jogo político.

2. A onda conservadora e as eleições 2018

Como consequência de crises na esfera política, haja visto acima, observa-se uma onda conservadora crescente que se vincula à conjuntura — é dessa forma que o pensamento direitista se fortalece. A grande novidade se dá pela conciliação entre um forte conservadorismo moral e anseios econômicos inclinados ao liberalismo. Observado por alguns teóricos em diversos territórios que apresentaram contextos parecidos com o do nosso, atribuíram-lhe o termo Neoconservadorismo, como foi o caso de Habermas (2015).

A onda neoconservadora desta década é representada pela ascensão de partidos ultranacionalistas, ultraliberais, racistas e anti-imigração na Europa — Hungria, Reino Unido, Itália, Polônia, e os partidos de extrema direita na Alemanha (AfD) e na França (Front National) —, nos Estados Unidos e na América Latina.

Dado o enfraquecimento das mídias tradicionais, novas formas de difundir informações têm se popularizado exponencialmente, abrindo espaço para certo protagonismo da direita.

[...] o protagonismo desses intelectuais da “nova direita” está vinculado a transformações que tiveram curso, ao longo das últimas décadas, na própria indústria cultural do país, destacando-se, nesse sentido, mudanças no mercado editorial, no perfil dos jornais de maior circulação — que passaram a dedicar mais espaço a colunistas “ideológicos” — e, sobretudo, à expansão e a popularização da internet, que permitiu a esses intelectuais adquirir uma capilaridade social não imaginada em outros tempos. (CHALOUB; PERLATTO, 2016, p.28)

Firmando compromisso ideológico com o combate à corrupção, aqui no Brasil, seus porta-vozes, formadores de opiniões, ou nos termos de Messenberg (2017), atores sociais — alimentam-se da construção de uma certeza assentada à ideia de que, embora a corrupção seja uma prática antiga, o

Partido dos Trabalhadores que a adotou como prática de governo. Há também a defesa do Estado mínimo como medida de reparação de um sistema político corrompido: seguindo a lógica de que a redução de impostos e taxas resultaria numa menor retenção financeira do Estado, a corrupção estaria evidentemente sob ameaça.

Jair Bolsonaro (candidato à presidência do Brasil pelo PSL) se voltou para as mídias sociais muito antes do período eleitoral. Se tornou uma das figuras mais populares dentro do movimento antipetista e emplacou sua candidatura com intensa propagação de informações em páginas do Facebook, grupos de WhatsApp e vídeos em canais do YouTube. Com uma produção caseira e com poucos recursos, a publicidade de Bolsonaro conseguiu superar as barreiras do horário eleitoral obrigatório, reafirmando uma transformação da propaganda eleitoral. Dispondo também da criação de perfis e da disseminação de informações *Fakes* que afetaram a corrida presidencial e o favoreceram na disputa.

Por mais que Bolsonaro tenha surfado na onda da descrença política, apresentando-se como um candidato honesto a se contrapor ao cenário apodrecido (que, coincidentemente, também é integrado por ele há algumas décadas), as Igrejas Evangélicas apresentam papel fundamental aqui. Importantes não apenas para a conquista bolsonarista por serem grandes articuladoras sociais de base, sua influência no Congresso através do crescimento gradual da Bancada Evangélica tem dificultado muito a viabilidade de pautas progressistas, por exemplo. Por mais que anteriormente uma parcela significativa desses grupos apoiassem candidaturas do PT, no presente momento se faz notável o fundamentalismo religioso moralista cada vez mais atrelado e naturalizado à forma de se fazer política no Brasil, embaralhando as esferas público-privadas.

Ao contrário do que se pode pensar, as medidas institucionais para bloquear a estabilidade do Lulismo não bastaram no Impeachment de Dilma Rousseff. Paralela à ascensão bolsonarista que almejava a vitória das eleições de 2018, a arbitrariedade da Justiça foi abertamente anunciada a partir de novas estratégias. A possibilidade do retorno de Lula como candidato à presidência intimidava o movimento antipetista. Diante de uma das maiores figuras brasileiras conceituadas nacionalmente — que carrega consigo o nível recorde de aprovação e popularidade avaliado em 87%², mediante pesquisa do Ibope no seu último mês de mandato —, o quadro político progressivo de enfraquecimento do PT e de solidez do movimento antipetista poderia ser questionado e, mais do que isso, ameaçado.

No dia 5 de abril de 2018, a mídia noticia o mandato de prisão expedido pelo Juiz Sérgio Moro com a Operação Lava Jato, que condenava o ex-presidente por corrupção e lavagem de dinheiro. A acusação afirma que, em 2009, Lula recebeu um Triplex no Guarujá (litoral paulista) — configurando corrupção passiva — que foi mantido no nome da construtora OAS para ocultar o patrimônio — configurando lavagem de dinheiro —. Lula, durante seu governo, também teria supostamente mediado contratos entre a construtora e a Petrobras — configurando ato de ofício ou omissão de ato de ofício. Não houveram provas diretas, documentais ou testemunhais dos fatos, entretanto, mesmo assim Lula foi preso. A argumentação de Moro consiste num princípio do direito de matriz germânica (vale ressaltar que o nosso é derivado do direito francês) — já utilizado no escândalo do Mensalão —,

² Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html> Acesso em: 06/11/2018.

chamado "domínio do fato". Onde Lula, por ser presidente, teria o dever de saber de todos os esquemas de corrupção do governo federal. Para além disso, Lula não pôde oficializar sua candidatura por sua condenação em segunda instância pela Lei da Ficha Limpa. Assim, acabou substituído por Fernando Haddad na disputa eleitoral.

Outro episódio interessante e controverso das eleições presidenciais consistiu no cancelamento de mais de 3 milhões de títulos de eleitor pela falta de recadastramento biométrico dentro do prazo estipulado pela Justiça Eleitoral. Ainda que o processo de instauração da biometria esteja acontecendo há alguns anos, desta vez muitos tiveram o acesso à cidadania negado. Mas esta medida não foi totalizante: englobou apenas algumas regiões do país como Norte e Nordeste. Ainda que o ocorrido desdobre posicionamentos distintos a divergirem entre si, tais regiões concentram grande parte do eleitorado petista, e não obstante, estão entre as mais pobres do Brasil, apresentando dificuldades de deslocamento e de acesso à informação.

O percentual de títulos cancelados no Norte e Nordeste é um indicativo claro de que teve gente mais prejudicada no recadastramento da Justiça Eleitoral. Estou disposto a apostar que terão sido os mais pobres, inclusive indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Ainda assim, 3,4 milhões é um número alto demais. Dilma Rousseff ganhou a reeleição por 3,5 milhões de votos. É claramente injusto exigir o recadastramento obrigatório em certas regiões do país quando outras ficam isentas. É um fato: o eleitor de São Paulo simplesmente teve menos restrições burocráticas para que votasse do que o baiano. (MAIA, 2018)

Perante os episódios aqui apresentados, observa-se que a oposição ao PT não segue um modelo normativo de ética habitualmente esperado. Há de se convir que a esfera política tem lá suas surpresas e estratégias, mas sempre dentro de certa regularidade. Regularidade que dispõe, ao menos, de preceitos democráticos.

O PT e o PSDB competiam vigorosamente, mas aceitavam um ao outro como legítimos. Não se tratavam como inimigos. E os políticos exercitavam a indulgência. [...] Mas muita coisa mudou nos cinco últimos anos. À medida que a política se polarizava, a tolerância mútua desaparecia. Muita gente na direita agora vê o PT como ameaça existencial — uma força chavista determinada a se perpetuar no poder. A erosão da tolerância mútua encoraja o jogo duro constitucional. Quando vemos os rivais como ameaça à nossa existência, como chavistas ou golpistas, nos sentimos tentados a usar quaisquer meios necessários para derrotá-los. [...] De fato, a crença de que o PT é chavista levou muita gente na direita a considerar medidas irresponsáveis. Como, por exemplo, votar em Bolsonaro, o candidato verdadeiramente autoritário que está na disputa, para derrotá-lo. (LEVITSKY, 2018)

3. Eleições 2018

As eleições gerais revelam um crescimento progressivo de participação de partidos conservadores, ainda que estes sempre ocupassem uma quantidade relevante de cadeiras na Câmara e no Senado. Com discursos ufanistas, moralistas e militaristas, esses micro-partidos passaram, desde as últimas eleições, a ter uma participação ainda mais expressiva nas decisões do país. O PSL, partido do presidente eleito, aumentou sua bancada de 1 para 52 representantes na câmara dos deputados, além de eleger 4 governadores e 4 senadores.

Outra marca das eleições de 2018 foi a derrota massiva de partidos tidos como protagonistas das disputas anteriores. O PMDB elege em apenas 34 deputados federais, 32 a menos que em 2014 e o PSDB elege 29, 25 a menos que na eleição anterior. O Partido dos Trabalhadores elege 56 deputados, 13 a menos que em 2014 — continuando como a maior bancada da câmara. Comparando outros dados,

O PT também perde em torno de 7,5 milhões de votos nos colégios eleitorais que elegeram Dilma, como RJ, RS, AM, AC e MG (onde o candidato à reeleição, Fernando Haddad foi amplamente derrotado).

Em pesquisa IBOPE³ de apuração de intenção de voto divulgada um dia antes do segundo turno (27/10/18), foram consideradas variáveis como escolaridade, renda e idade. É possível aferir que quanto maior a escolaridade e maior a renda, maior a chance do eleitor votar em Bolsonaro. Nas variáveis que pautavam a religiosidade, a maioria dos evangélicos afirmou ter intenção de votar no candidato, enquanto a maioria dos católicos, ateus, agnósticos e dos que apresentavam outras religiões, pretendiam votar em Haddad. Outras variáveis foram destacadas, como sexo e região. Dentre as mulheres, a intenção de voto nesta data havia se alterado em relação à pesquisa do dia 23/10/18, tendo Haddad como o mais pretendido (44% a 41%, o inverso da pesquisa anterior). Entre os homens entrevistados, Bolsonaro leva grande vantagem (54% a 37%). Num panorama regional, Haddad tinha votação expressiva apenas no Nordeste, enquanto seu oponente alavancava nas demais regiões, principalmente nas capitais. Desta forma, podemos dizer que a predileção bolsonarista se concentra no eleitorado masculino, mais escolarizado e com maior renda, tendo a maioria dos eleitores entre 25 a 34 anos.

Poderíamos atribuir o fluxo bolsonarista ao antipetismo, entretanto o antipetismo é um fenômeno limitado que não abarca todos os desdobramentos desta eleição. Tendo uma radicalização do discurso conservador como característica e uma ofensiva contra as políticas públicas geradas por movimentos sociais, observa-se uma aproximação à tendência global atual, mas não só. De acordo com Maria Cristina Fernandes (2018), “Valendo-se de estruturas mais capilarizadas que os partidos, como forças armadas, polícias, igrejas, fermentadas pela indignação, o bolsonarismo firmou-se no espaço que os tucanos resistiram, até aqui, a ocupar”.

Se antigamente o PSDB atraía o voto dos antipetistas, hoje esse partido perdeu seu posto na polarização partidária brasileira e principalmente no protagonismo da oposição. O que se vê é uma fragmentação dentro do PSDB, entre apoiadores e opositores de Bolsonaro. Conscientes de que grande parte de seu eleitorado já havia migrado apoio a Bolsonaro, o que restou ao PSDB foi manter-se em cima do muro. Sendo assim, se torna inegável o apagamento e o enfraquecimento do legado de centro-direita em face da propagação e do espraçamento do neoconservadorismo.

Pouco depois das eleições, os governadores eleitos em SP, RS e MS se encontram e declararam apoio às propostas econômicas do futuro governo. João Doria, assim como outros candidatos por todo o Brasil, adotou em sua campanha um apoio explícito à candidatura de Jair Bolsonaro, contrariando a postura de neutralidade de Geraldo Alckmin. Outra figura alinhada com o discurso militarista e “anti-sistema” de Bolsonaro é o atual governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, do PSC.

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/27/pesquisa-ibope-de-27-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-cor.ghtml> Acesso em: 06/11/2018.

A eleição se caracteriza pelo grande número de partidos representados no senado e na câmara, mas para as próximas eleições esse número tende a cair, tendo em vista a migração de políticos de partidos que não superaram as exigências determinadas pela Cláusula de Barreira. Os 14 partidos que não cumpriram as exigências (Rede, Patriota, PHS, DC, PCdoB, PCB, PCO, PMB, PMN, PPL, PRP, PRTB, PSTU e PTC), não terão acesso ao fundo partidário e tempo de propaganda eleitoral de rádio e televisão.

4. Conclusão

Acima de qualquer leitura empírica baseada na nossa própria vivência, há de se admitir a concretude de índices e dados. Poucos países superaram a crise econômica internacional de 2008 em tão pouco tempo como o Brasil sob o comando de Lula — em 2010, a economia foi marcada pela expansão expressiva de 7,5% do PIB (o maior índice desde 1986)⁴. Lula assumiu a presidência confrontando um índice inflacionário de 12,53% e terminou seu mandato entregando-o em 5,90%⁵. O Lulismo gozou de coragem para alterar elementos estruturais demasiadamente frágeis postos pela desigualdade, mas não resistiu à reatividade que isso provocou. Reatividade esta que, numa leitura marxista, pode ser colocada como um espelhamento da luta de classes.

Podemos então caracterizar o antipetismo como negação ao PT e às suas práticas de governo. Seus adeptos encaram o partido como protagonista dos escândalos de corrupção (Mensalão, Petrolão, pagamentos propina), responsável pela retração da economia, pelo aumento do desemprego e ineficiência de gestão de recursos.

Quando analisamos e comparamos as pesquisas de intenção de voto entre as últimas eleições presidenciais no quesito renda, se faz notável a rejeição de uma parcela considerável de eleitores. Configurando assim, um marco expressivo de perda de eleitorado que contribuiu fortemente para a derrota de Fernando Haddad (candidato à presidência nas eleições de 2018) perante Jair Bolsonaro.

Trata-se, na verdade, de um protesto contra uma casta (Brasília) que roubaria a sociedade (Brasil), impedindo que haja mais postos de trabalho e melhor remuneração. Assim, a insatisfação com a economia é o pano de fundo que abarca todo o eleitorado popular. No numeroso segmento de renda familiar mensal entre 2 e 5 salários mínimos, no qual emprego e renda são os problemas principais, Bolsonaro alcança 34% das intenções de voto. (SINGER, 2018)

Retomo aqui, alguns dos preceitos de Marilena Chauí (2013) na tentativa de elucidar o que, para ela, está por trás dessa conjuntura bastante complexa de cooptação de classes. Como já tratado aqui, os governos petistas marcam uma profunda mudança social através das políticas públicas que instauraram, que deram espaço à construção da cidadania e à consolidação de direitos. Avaliando a sedimentação das classes D e E em razão do aumento demográfico exponencial da classe C, compreende-se a emergência de uma nova classe média valorizando critérios de renda e consumo. Chauí encara neste cenário, a demanda de novas conceitualizações, substituindo essa tal “nova classe média” por “nova classe trabalhadora”, caracterizada por efeitos das políticas lulistas, mas também do neoliberalismo global (que fragmenta, terceiriza e principalmente, precariza as relações de trabalho),

⁴ GDP growth (annual %). Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG> Acesso em: 06/11/2018.

⁵ Fontes: IGP-DI/FGV (1948-1979); IPCA (inflação oficial/1980-2013), IBGE, BCB-Depec.

tornando-a complexa e heterogênea. Para Chauí, delinear classes sociais ultrapassa as determinações meramente econômicas de renda e consumo, mas integra, simultaneamente, a subjetividade dos sujeitos. Em poucas palavras, a autora chama atenção às contradições que eclodem dali: por mais que a nova classe trabalhadora esteja fora do núcleo dominante, ela é levada a acreditar e a se conceber como uma nova classe média pois consome e usufrui de bens e serviços e para além disso, é importante que a mesma absorva ideologicamente os interesses da classe dominante — como a busca pelo prestígio em meio ao individualismo ultra competitivo — pois assim naturaliza a precariedade em que se encontra e abre espaço para a aderência de ideais conservadores, que legitimam a hegemonia das elites em defesa de seus próprios interesses. Por isso, tem como atributo marcante o sonho de se tornar dominante e o pesadelo de se tornar, substancial e simbolicamente, proletária. Sentindo-se, então, fortemente ameaçadas por qualquer condição que possa colocar em cheque seu padrão tradicional de vida e consumo.

Os últimos acontecimentos ficam para marcar a nossa história — anteriormente caracterizada por uma grande apatia política, mas que gradualmente transformou-se num panorama de intensa politização da sociedade.

Ainda que eleito com grande adesão popular (quase 58 milhões de eleitores), Bolsonaro não conseguiu conquistar o apoio de uma parcela significativa da população. Somando os índices de abstenções com votos nulos e brancos juntamente com o contingente obtido por Fernando Haddad, percebe-se que o movimento bolsonarista não é composto pela maioria dos brasileiros e sim, por muito menos que a metade. Isso pode nos introduzir a uma reflexão sobre os posicionamentos daqueles que compuseram o alto índice de rejeição ao Partido dos Trabalhadores: até onde o movimento antipetista se manteve e a partir de onde se refez?

A ameaça que Jair Bolsonaro representava à democracia encurralou muitos antipetistas. Frente a um panorama desesperador atrelado aos frutos desse movimento opositor, muitos críticos ao PT se viram emparedados a optar por Fernando Haddad nas últimas eleições, considerando a adesão progressiva de Bolsonaro. De acordo com isso, o viés ideológico de movimentos populares passam a ser questionáveis: da mesma maneira que membros da direita se posicionam contra Bolsonaro quebrando o estigma de um suposto movimento de esquerda, pode-se considerar que o antipetismo também não se limita apenas à direita — fazendo com que, em situações atípicas como esta, o fator ideológico integre um espectro bastante fluido.

A militância conservadora se torna cada vez mais ativa e presente nos espaços públicos e nas redes sociais, produz lideranças jovens e os introduz à vida pública. Os novos eleitores, aqueles que cresceram durante o governo PT, entendem o mesmo como partido do “sistema” e não como um partido de luta como na sua fundação, com toda sua história junto ao movimento operário e de pautas progressistas. Dessa forma, as performances “anti-sistema” de Bolsonaro ganham cada vez mais aderência entre os mais jovens⁶. Já os mais velhos, revivem a ditadura e saúdam os militares torturadores. Ademais, ecoam-se mantras conservadores-ufanistas como “Brasil: Ame ou Deixe-o”, fomentando um país de exclusão e que não é pra todos. 🚫

⁶ Considerando seu nível de aprovação na pesquisa Ibope de intenção de voto em 27/10/2018 na categoria idade entre 25 a 34 anos.

* Os autores, à época da submissão, cursavam o 7º e 6º período, respectivamente, do curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: nicholassantos2017@gmail.com; turini.yasmin@hotmail.com.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Angela. A política das ruas. **Novos Estudos Cebrap**, junho, p. 49-58, 2017.
- BECKER, Camila; CESAR, Camila; GALLAS, Debora; WEBER, Maria Helena. Manifestações e Votos ao Impeachment de Dilma Rousseff na Primeira Página de Jornais Brasileiros. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**. v. 13, n. 24. 2016.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. Intelectuais da ‘nova direita’ brasileira: ideias, retórica e prática política. **Insight Inteligência (Rio de Janeiro)**, v. 1, p. 25-42, 2016.
- CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora: indagações. In: **Classes? Que classes?** São Paulo: FPA e FES, p. 87-103, 2013.
- FERNANDES, Maria Cristina. Os vilões nacionais. **Valor Econômico**, 20 set. 2018.
- HABERMAS, Jürgen. A crítica neoconservadora da cultura nos Estados Unidos e na Alemanha. In: **A nova obscuridade: pequenos escritos políticos V**. São Paulo: Unesp, 2015.
- LEVITSKY, Steven. A erosão das normas democráticas. **Folha de São Paulo**: 21 set. 2018.
- MAIA, Lucas de Abreu. EXCLUSÃO ELEITORAL: É injusto exigir biometria das regiões mais pobres e isentar as mais ricas. **Revista Piauí**: 29 set. 2018.
- MESSENBURG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, 2017.
- SANTOS, Wanderley. **Valor Econômico**: 29 out. 2018. Entrevista concedida a Maria Cristina Fernandes.
- SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos Cebrap**, n. 85, pp.83-102, 2009.
- SINGER, André. Entre a espada e a parede. **Folha de São Paulo**, 22 set. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2018/09/entre-a-espada-e-a-parede.shtml>
Acesso em: 06/11/2018
- SOLANO, Esther. **Crise da Democracia e extremismos de direita**. Friedrich-Ebert-Stiftung. 2018.